

## O MOVIMENTO ASSOCIATIVO POPULAR E A DEMOCRACIA

Artur Martins

### ORIGEM

O Homem enquanto ser social sempre se associou.

No que respeita ao Associativismo que hoje conhecemos em Portugal, podemos afirmar que a sua génese se verificou no século XIX sob forte e fundamental influência de duas alterações substanciais: a Revolução Industrial, iniciada em Inglaterra, ainda no séc. XVII e a Revolução Francesa (1789-1793), com a consigna “Liberdade, Igualdade, Fraternidade”.

O novo pensamento e acção revolucionaram todo o Mundo e também Portugal, conduzindo à Revolução Liberal (1820).

De qualquer modo, Portugal no início do século XIX vivia uma profunda crise:

- Invasões francesas, 1807 a 1811;
- Retirada da Corte, gentes e cabedais para o Brasil (29/11/1807)
- Ocupação militar inglesa iniciada em Agosto de 1808

Estas circunstâncias levaram a:

- Uma incipiente industrialização, com o conseqüente atraso em relação à restante Europa e à pobreza generalizada da população, abundando a fome e a doença;
- Inexistência de sistema social;
- Alta taxa de analfabetismo, em 1878, mais de 50 anos depois da Revolução Liberal, cerca de 82% da população.

Neste quadro a que acresce a abolição das corporações, em 1834, as populações viram-se obrigadas a se associarem para minimizarem as dificuldades por que passavam, como bem diz Costa Goodolphim<sup>1</sup>: “ O operário, associando-se ao operário, tirando todas as semanas da sua fêria uma pequena parcella, garante os recursos para os dias de doença, e por esta forma, sem vender, sem empenhar, sem os seus morrerem de fome, recupera a saúde no regaço da família. Eis a associação de **socorros mútuos**...”

“O operário precisa ter uma associação sua, onde todos os sócios sejam seus companheiros, onde elle passe uma parte da noite, lendo ou estudando em livros ao alcance da sua intelligencia e do seu saber. Estas sociedades podem ser chamadas de **instrucção popular** ou de **temperança**.”

É pois neste contexto que as populações se organizam, constituindo associações, de forma a encontrarem, solidariamente, respostas para as suas necessidades.

As primeiras associações, segundo o mesmo autor: “associações de socorros mútuos na doença, as sociedades cooperativas de consumo e producção, caixas de credito, associações de instrucção popular”

De facto, temos notícia que ainda antes e no rescaldo da Revolução Liberal foram constituídas algumas associações de socorros mútuos, a saber: Montepio do Senhor Jesus do Bonfim (1807); Ourives da Prata Lisbonenses e Montepio Jesus Maria José (1822).

---

<sup>1</sup> **Costa Goodolphim**, A ASSOCIAÇÃO Historia e Desenvolvimento das Associações Portuguezas, Lisboa, Typographia Universal, 1876

O mesmo autor dá-nos conta da primeira associação popular: Sociedade dos Artistas Lisbonenses, de 1838.

Hoje, na era da informação e do conhecimento, verificámos que o importante autor, atrás citado, não se debruçou sobre outro sector do associativismo, então nascente, referimo-nos às sociedades filarmónicas, tanto mais que foram estas as primeiras associações e que ainda hoje continuam em actividade: Banda de Música de Santiago de Riba-Ul – Oliveira de Azeméis (1772); Banda Musical de Oliveira – Barcelos (1792); Filarmónica Verridense - Montemor-o-Velho (1808) e Banda Filarmónica Ovarense – Ovar (1811), entre outras.

Já agora uma breve referência para a primeira agremiação desportiva da Península Ibérica: a Real Associação Naval de Lisboa, 1856.

## EVOLUÇÃO

Como se disse atrás as associações integram as comunidades onde se inserem e nasceram para dar respostas às dificuldades, alicerçando-se em valores que têm a ver com: solidariedade / fraternidade; independência / autonomia; democracia / cidadania e trabalho voluntário.

A evolução do Movimento Associativo Popular está intrinsecamente ligada à evolução sócio-política da própria sociedade portuguesa, pelo que as rupturas políticas influenciam sobremaneira a vida das colectividades, clubes e outras associações. Assim, podemos referir os seguintes períodos: Monarquia Constitucional, 1.ª República, Revolta de 28 de Maio de 1926 / Estado Novo e 25 de Abril de 1974.

Na segunda metade do século XIX, especialmente no período da regeneração, verificou-se um importante entusiasmo na constituição de associações de vários tipos: associações de instrução e recreio; associações de classe; associações de bombeiros; cooperativas, etc.

Para dar conta da importância do associativismo nessa época, transcrevemos: *“Em 1856-1857, o que valeu aos portugueses para não serem dizimados pela febre amarela foram as 85 Mutualidades Autónomas de Assistência Social, que haviam de crescer para 586 até 1903.”*<sup>2</sup>

Na 1.ª República (1910 / 1926) as associações colaboraram de forma importante na instrução que era desígnio nacional, como se pode ler: *“... A criação desta escola insere-se num movimento de desenvolvimento da educação popular, ligado a meios operários que esteve na origem de inúmeras escolas primárias criadas por organizações populares e sindicalistas.”*<sup>3</sup>

O Estado Novo, instituído pela Constituição de 1933, promulgada a 11 de Abril, tendo como base o “nacionalismo corporativo”. *“Nacionalismo porque “estão subordinadas aos supremos objectivos da nação, com os seus interesses próprios, todas as pessoas singulares e colectivas que são elementos constitutivos do seu organismo” (O. Salazar). E a forma de estruturar política e harmoniosamente tal sujeição dos interesses atomizados ao interesse nacional seria a construção do “Estado social e corporativo em*

---

<sup>2</sup> **Rodrigues, Edgar**, História do Movimento Anarquista em Portugal, in Arquivo de História Social, [www.galeon.hispavista.com](http://www.galeon.hispavista.com)

<sup>3</sup> **Proença, Maria Cândida**, A República e a Educação, in A Crise do Sistema Liberal e a Implantação da República, Câmara Municipal da Moita, 2002, p.48

*estreita correspondência com a constituição natural da sociedade*<sup>4</sup>, condicionou toda a sociedade portuguesa e concomitantemente o Movimento Associativo Popular.

Desde logo a dificuldade de relacionamento do Governo com a recentemente constituída Federação Distrital das Sociedades Populares de Educação e Recreio, a 31 de Maio de 1924, conforme pudemos ler: “*Em 8 de Maio de 1932, comemora-se o Dia das Sociedades de Recreio mas, dado que “as principais entidades oficiais (...) em absoluto continuavam a desconhecer a acção das Sociedades de Recreio” e “ Já nos primeiros meses de institucionalização do regime corporativo, em Abril de 1934, a Federação ensaia de novo um diálogo com o Poder contornando uma vez mais os contactos com o governo através de um convite ao Presidente da República... Carmona acede mas, “por motivos oficiais”, informa não poder comparecer...”*”<sup>5</sup>

Dado que as iniciativas de aproveitamento dos tempos livres dos trabalhadores permaneciam totalmente entregues ao associativismo espontâneo e privado, o Governo criou a FNAT (Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho), que no seu artigo 2.º reza: “*A F.N.A.T. tem por fim aproveitar o tempo livre dos trabalhadores portugueses de forma a assegurar-lhes o maior desenvolvimento físico e a elevação do seu nível intelectual e moral.*”

Apesar desta tentativa de subordinar os trabalhadores “*...inscritos nos Sindicatos Nacionais e nas Casas do Povo e suas famílias...*” (artigo 3.º do mesmo estatuto), o Movimento Associativo Popular continuou o seu caminho, obviamente com mais escolhos, dado que tudo tinha de merecer a homologação do Governo, nomeadamente os dirigentes das associações, eleitos em Assembleias-Gerais de associados, a forma suprema de democracia que se manteve mesmo em condições extremamente adversas. São muitos os exemplos de atropelos, pelo Poder de então, a este valor essencial do nosso associativismo, pelo que nos dispensamos de os enunciar.

## **25 DE ABRIL E O MOVIMENTO ASSOCIATIVO POPULAR**

A população organizada nas suas associações conseguiu resistir a este período de falta de liberdade e democracia. Muitos homens e mulheres tiveram aí: na banda de música, no grupo de teatro, na biblioteca, no grupo coral, no desporto, nas salas de convívio, a sua escola cívica e de cidadania, pelo que, com a conquista da liberdade, muitos vieram a ocupar funções públicas de relevo na sociedade democrática instituída pelo 25 de Abril de 1974.

Cerca de metade das associações que hoje temos em Portugal decorrem do 25 de Abril de 1974, a par do substancial aumento do número de associações, mais dois factos se verificaram: as colectividades mais “clássicas” diversificaram em muito as suas actividades e por outro lado, emergiram ou reforçaram-se outros tipos de associativismo: de defesa (património, consumidores, à vítima, etc.); movimento de moradores; juvenil e estudantes; ambiente e ecologia; de pais e da família, pessoa com deficiência etc.. Mais tarde, na década de oitenta do século XX, as IPSS (Instituições Particulares de Solidariedade Social).

---

<sup>4</sup> **Rosas, Fernando**, “Da ditadura militar ao Estado Novo: a “longa marcha” de Salazar”, História de Portugal, dir. José Mattoso, 7.º Vol., Círculo de Leitores, p. 198

<sup>5</sup> **Valente, José Carlos**, Estado Novo e Alegria no Trabalho – Uma História Política da FNAT (1935-1958), Edições Colibri – INATEL, Lisboa, Dezembro 1999, pp. 33, 34

## OS VALORES DO ASSOCIATIVISMO

A evolução do Movimento Associativo Popular (cultura, recreio e desporto), aliás como todas as outras “famílias” do Associativismo em Portugal tem sempre como “pano de fundo” a sociedade em geral como já vimos atrás e também, apesar de todas as mudanças verificadas, mantêm com grandes valores: Solidariedade; Autonomia / Independência; Democracia / Cidadania; Trabalho Voluntário e Benévolo e com muito bem diz o insigne e saudoso associativista Dr. José Malheiro: “São espaços onde se exercem e reclamam direitos: de reunião, de associação, à cultura, ao desporto, ao lazer, ao protesto, à indignação. A uma vida autenticamente humana, a uma vida verdadeiramente feliz.”<sup>6</sup>

Está claro que a democracia interna é o factor decisivo do Movimento Associativo Popular, ontem, hoje e sempre.

## PAPEL E FORÇA DO MOVIMENTO ASSOCIATIVO POPULAR

Importa referir o papel e a força deste Movimento, ainda que reconheçamos as dificuldades em o quantificar e qualificar, uma vez que não há trabalhos globais que nos apresentem os dados necessários. No entanto, a Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto poderá indicar alguns números decorrentes de estudos parcelares. Assim:

Associações	18 mil
Associados	3 milhões
Dirigentes eleitos	234 mil
Colaboradores/seccionistas	54 mil
Praticantes (total, cerca de)	2 milhões e meio
- Actividade desportiva	2 milhões
- Música (bandas filarm., - Escolas música, tunas, coros)	80 mil
- Folclore e Etnografia	93 mil
- Outra música tradicional	15 mil
- Dança	35 mil
- Teatro de Amadores	27 mil
- Alunos/Formandos	200 mil

Por estes breves números facilmente se infere que a democratização da cultura, do desporto, do recreio / lazer e do convívio passa em muito boa medida pelas colectividades, clubes e outras associações. Poderemos adiantar que mais de 95% dos músicos profissionais de sopro e precursão são oriundos das “nossas” bandas filarmónicas, que outro tanto se pode dizer da actividade desportiva e quanto à defesa da cultura popular? Não temos dúvidas em afirmar que os ranchos folclóricos e etnográficos são o seu garante.

Portanto, os componentes do Movimento Associativo Popular praticam activamente a democracia em dois sentidos, desde logo no seu interior e na comunidade onde estão inseridos, criando condições de fácil acesso à cultura, ao desporto e ao lazer.

Por outro lado, também não nos ficará mal afirmar que somos um forte elemento da designada economia social, pois que movimentamos cerca de 400 milhões €, criamos para cima de 30 mil postos de trabalho directos, não

---

<sup>6</sup> **Malheiro, José**, Associativismo Popular Originalidade do Povo Português, Câmara Municipal de Almada, 1996, p. 14

conseguimos quantificar os muitos milhões de € movimentados na indústria e comércio de equipamentos de vários tipos e se o trabalho voluntário fosse contabilizado atingiríamos cerca de 400 milhões € por ano.

### **GLOBALIZAÇÃO vs. SOCIEDADE CIVIL**

Para terminar, muito brevemente, o presente e o futuro:

Com a globalização e com a política neo-liberal que está a ser seguida cada vez mais acentuadamente e que leva a “menos Estado, melhor Estado”, com o consequente abandono das áreas sócio-culturais, a designada “sociedade civil”, da qual faz parte o associativismo, terá uma forte palavra a dizer.

Neste contexto, facilmente se compreende que ainda é nas associações que:

- Se pode exprimir a solidariedade;
- Se podem experimentar novas respostas, sendo importante factor de transformação e inovação social;
- Se pode elaborar e concretizar um projecto comum, de carácter colectivo e de raiz social;
- O trabalho voluntário e benévolo é estruturante da economia social;
- Se assume o exercício da democracia, conduzindo a uma efectiva cidadania;
- Se exprime a definição de identidade local e expressão cultural.

**O Movimento Associativo Popular continuará a participar activamente na democratização da democracia.**